

DA DITADURA DE 1964 AO 8 DE JANEIRO DE 2023: permanências autoritárias e legitimação da exceção no discurso da extrema direita brasileira¹

FROM THE 1964 DICTATORSHIP TO JANUARY 8, 2023: Authoritarian continuities and the legitimization of exception in the discourse of the Brazilian far right.

Edson D'Almonte²
Priscilla Dibai³

Resumo: Este estudo investiga o posicionamento negacionista da extrema direita brasileira, estabelecendo uma relação discursiva e histórica entre a negação do golpe militar de 1964 e a reinterpretação dos eventos de 8 de janeiro de 2023. O objetivo é identificar estratégias e padrões de continuidade autoritária que buscam legitimar a exceção no discurso político contemporâneo. Metodologicamente, recorre-se à análise de conteúdo de um acervo diversificado: entrevistas de Jair Bolsonaro (1997-2017) sobre o regime militar e materiais audiovisuais de lideranças da extrema direita publicados em redes sociais no terceiro aniversário do 8 de janeiro. A análise revela que o enquadramento "não foi golpe" opera como um elo narrativo que utiliza o negacionismo para redefinir conceitos e moralidades, inverter culpas e produzir pertencimento político em plataformas digitais. Conclui-se que tais práticas visam a erosão da confiança institucional e a disputa pela validade histórica para sustentar projetos autoritários.

Palavras-Chave: Extrema direita. Negacionismo. Memória.

Abstract: This study investigates the denialist stance of the Brazilian far-right, establishing a discursive relationship between the denial of the 1964 military coup and the reinterpretation of the events of January 8, 2023. The objective is to identify strategies and patterns of authoritarian continuity that seek to legitimize the state of exception in contemporary political discourse. Methodologically, it employs content analysis on a diverse archive: interviews with Jair Bolsonaro (1997-2017) regarding the military regime and audiovisual materials from far-right leaders posted on social media on the third anniversary of January 8. The analysis reveals that the "it was not a coup" framing operates as a narrative link using implicatory denial to redefine legal concepts, shift blame, and produce political belonging on digital platforms. It concludes that such practices aim at eroding institutional trust and disputing historical validity to sustain authoritarian projects.

Keywords: Far-right. Denialism. Memory.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Memória e Comunicação. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

2 Professor do Departamento de Comunicação da Graduação e Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É pesquisador e membro do comitê gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT/DSI). E-mail: edsondalmonte@gmail.com.

3 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). É bolsista de pós-doutorado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT/DSI). E-mail: pdibai@gmail.com.

1. Introdução

O artigo analisa dois momentos históricos em que a extrema direita brasileira mobilizou a expressão “não foi golpe”⁴ para reenquadrar eventos que ameaçaram a democracia. Compreendendo o negacionismo como fenômeno comunicacional, investigam-se continuidades discursivas entre a negação do golpe de 1964 e a negação da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

A ideia do artigo surge depois que diferentes lideranças da extrema direita no Brasil, inclusive o especulado herdeiro político de Jair Bolsonaro, seu filho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que já circula como pré-candidato às eleições presidenciais de outubro próximo, postaram nas redes sociais vídeos sobre os três anos do 8 de janeiro de 2023, em que disputam a interpretação do acontecimento, a partir de vieses negacionistas. De forma explícita, o grupo nega que houve tentativa de golpe de Estado, atribuindo sentidos de “farsa”.

Diante dessa movimentação política, que não pode ser tratada como coincidência, ainda mais tratando-se de ano eleitoral e tendo o 8 de janeiro papel importante na posterior condenação judicial e inelegibilidade de Jair Bolsonaro, pensou-se em analisar mais profundamente como o bolsonarismo tem utilizado a memória como condição permanente de disputa do presente.

Sabendo-se que essa não foi a primeira vez que o clã Bolsonaro negou o caráter golpista de um evento histórico relacionado à ruptura democrática, decidiu-se por uma análise que interligasse os casos e possibilitasse compreender conexões entre tais práticas e estratégias. Como é sabido, Jair Bolsonaro, antes de se tornar presidente da República, durante seus mandatos como deputado federal (sete mandatos ininterruptos, de 1990 a 2017), sustentou publicamente que a ditadura militar não se tratou de um golpe, tendo exaltado por diversas vezes o regime autoritário imposto, bem como relativizado seus crimes e excessos.

Sendo assim, toma-se essa marca negacionista dada pela extrema direita, que descaracteriza fatos do passado, como ponto de convergência da pesquisa. A recorrência do

⁴ No intervalo de que trata a pesquisa, também houve outro evento importante em que o termo “golpe” entrou em disputa: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Embora o bolsonarismo tenha integrado o bloco político-ideológico que aderiu ao “não foi golpe”, entende-se tratar de uma coalizão social e política diferente e ampla, em que protagonizaram, principalmente, a direita “tradicional” (PSDB, MDB, entre outros partidos) e os meios de comunicação *mainstream*.

enquadramento “não foi golpe” é, dessa forma, o elo que conecta os objetos adotados. Ao articular esses eventos sob um mesmo eixo discursivo, busca-se investigar processos de produção de sentidos que atravessam décadas, contribuindo para a compreensão das estratégias que ancoram projetos políticos autoritários, mesmo em contextos formais de democracia.

Portanto, pretende-se identificar e analisar convergências e fraturas entre essas narrativas, a fim de mapear melhor suas intencionalidades, estratégias, recursos, argumentos, adaptabilidades e padrões. Ainda que o negacionismo histórico e a desinformação coordenada – enquanto mecanismos intencionais de manipulação da opinião pública – não sejam exclusividades desse ou daquele espectro político, é fundamental entender sua relação com o partidarismo radical, com a produção do engajamento via redes sociais e, sobretudo, com a antidemocracia.

O fato de a experiência de 1964 ter resultado na instauração de um regime ditatorial e os eventos de 8 de janeiro de 2023 não terem seguido o mesmo desfecho, não diminui a importância desta análise, pelo contrário, a fortalece, principalmente na perspectiva de que a investigação aprofundada da gramática acionada pelo ultradireitismo seja útil no processo de aprendizado histórico, a tornar a democracia brasileira um terreno cada vez mais resistente a esse tipo de erosão da confiança institucional e da memória coletiva.

Metodologicamente, o artigo mescla dados de pesquisas anteriores (DIBAI, 2018; D'ALMONTE DIBAI, 2019) com coletas de material recente. Assim, analisou-se dois blocos de dados. O primeiro consiste em discursos de Jair Bolsonaro na mídia – apenas referentes ao regime militar de 1964 -, coletados entre 1997 e 2017, totalizando 21 materiais, entre entrevistas e artigos de opinião⁵. O segundo é composto por cinco diferentes vídeos postados em redes sociais (Instagram e Facebook) por figuras públicas ligadas à extrema direita,

⁵ Corpus 1: a) Entrevistas de Jair Bolsonaro à imprensa: 1997 – Programa Câmera Aberta/TV Record (35:39); 1999 – Programa Câmera Aberta/TV Record (53:19); 2000 – Revista IstoÉ Gente; 2011 – Revista Playboy; 2011 – Revista Época; 2012 – Brasil em Discussão/Record News (56:04); 2013 – Revista Época; 2014 – Jornal Zero Hora (RS); 2014 – Site Infomoney; 2014 – Jornal El País; 2015 – Correio Braziliense (DF); 2016 – Jornal The New York Times [entrevista foi gravada na íntegra pelo deputado e disponibilizada no Youtube (1:16:26)]; 2017 – Folha de São Paulo; 2017 – Revista Veja; b) Entrevistas de Jair Bolsonaro em programas de entretenimento: 2011 – Programa do Jô/TV Globo (22:24); 2011 – CQC (quadro ‘O Povo Quer Saber’)/TV Band (5:55); 2012 – Agora é Tarde/ TV Band (32:12); 2015 – Mariana Godoy Entrevista – Rede TV (41:03); 2016 – Programa do Ratinho/SBT (43:16); e c) Artigos de opinião: 2011 - ‘Comissão da Inverdade’ (Folha de S. Paulo); 2014 - ‘Censura Escancarada’ (Folha de S. Paulo).

compartilhados exatamente na data do terceiro aniversário do 8 de janeiro⁶. A seleção dos vídeos se deu a partir da visitação de 22 perfis de autoridades políticas vinculadas ao bolsonarismo no Instagram.

Como método, recorreu-se à análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas sistemáticas de análise de enunciados, voltadas à inferência de sentidos, recorrências e estratégias discursivas, a partir de materiais empíricos diversificados (BAUER; GASKELL, 2002; BARDIN, 2011). A escolha desse método se justifica pela possibilidade de examinar, de forma comparativa e longitudinal, padrões de enunciação, deslocamentos semânticos e disputas interpretativas mobilizadas em eventos e contextos variantes.

Os procedimentos analíticos, que envolveram a transcrição de todos os dados, foram conduzidos a partir da identificação de unidades de registro (termos, expressões, recorrências e estruturação dos argumentos) e de categorias analíticas construídas indutivamente, a partir do material empírico, e dedutivamente, em diálogo com a literatura sobre memória, negacionismo histórico e discursos autoritários. Entre as categorias exploradas destacam-se: negação do golpe, construção de inimigos, relativização da ruptura democrática e reinterpretação moral da violência política.

Extrema direita, negacionismos e memória

O negacionismo envolve um mosaico de práticas discursivas, afetivas, comunicativas e/ou institucionais que operam, intencionalmente, a desconstrução da memória para fins de poder e influência no presente (VALIM et al., 2021; MOTTA, 2022; SZWAKO, 2025). Por meio da distorção do passado, tais operações buscam desestabilizar o debate público, produzindo incerteza epistêmica (SZWAKO, 2025); atingir inimigos específicos, inclusive o Estado, destituindo-os real ou simbolicamente (VALIM et al. 2021), e produzir pertencimento político, criando ou fortalecendo comunidades paralelas de engajamento e luta (MAIA, 2022; GODULLA; SEIBERT; KLUTE, 2024; SZWAKO, 2025).

⁶ Corpus 2: Manifesto 08.01 - A farsa do golpe! (04'35'') e distribuído em diferentes perfis de rede social; Basta de farsa! Basta de manipulação! (01'54'') e distribuído em diferentes perfis de rede social; Carlos Portinho - O 8 de janeiro precisa ser tratado com verdade. O que houve foi uma revolta popular. (01'13')' Gravado e postado pelo senador Carlos Portinho (PL-RJ) no Instagram]; Golpistas, terroristas, antidemocráticos! Esses são rótulos (...) (01'04'') - vídeo assinado pelo Partido Novo e postado no perfil oficial do Partido Novo de São Paulo, no Facebook; O 8 de janeiro virou a maior cortina de fumaça do PT e da esquerda (01'14''). Gravado e postado pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) no Instagram.

Conceitualmente, Stanley Cohen (2001) propõe diferenças entre o que seria o negacionismo literal, que é a negação do fato em si, e o negacionismo implicatório (ou interpretativo), que consiste na admissão do fato, porém com a negação do seu significado, gravidade ou efeitos morais e políticos. O processo que envolve a negação implicatória não se concentra na facticidade do evento, mas em seu reenquadramento, na neutralização de suas responsabilidades, na despolitização de suas marcas e na naturalização de seus danos (COHEN, 2001). Sendo assim, o conflito não se realiza sobre o acontecimento empírico, mas sobre sua condição histórica, moral, política e jurídica.

Apesar da natureza complexa e multidisciplinar da prática negacionista, neste artigo, trabalha-se as disputas envolvendo a memória como fenômeno comunicacional, partindo do pressuposto de que o negacionismo é um processo discursivo organizado, circula em redes sociotécnicas, produz sentidos e regimes de verdade, reorganiza afetos coletivos, com implicação na memória pública. Dito isso, acredita-se que as estratégias comunicativas envolvendo o negacionismo bolsonarista estão estritamente relacionadas aos meios de comunicação, sobretudo, atualmente, às plataformas digitais (GODULLA; SEIBERT; KLITE, 2024; CASTRO; OLIVEIRA, 2023).

Nesse sentido, a plataformização potencializou a prática negacionista, amplificando a polarização extrema, as bolhas informacionais e o despejo frenético de narrativas conspiratórias e notícias falsas entre o público (GODULLA; SEIBERT; KLITE, 2024; CASTRO; OLIVEIRA, 2023). A circulação fragmentada, a repetição sistemática, os grupos on-line de engajamento fanático e o efeito câmara de eco são apontados como aspectos que podem fortalecer as narrativas de descaracterização do passado e o forjamento da sensação de consenso e normalidade mesmo em situações de violência política e enfraquecimento da confiança democrática (VALIM et al., 2021; MAIA, 2022; MOTTA, 2022; CASTRO; OLIVEIRA, 2023).

Ainda que parte substancial das pesquisas recentes sobre o negacionismo bolsonarista na área de comunicação trate da pandemia de covid-19 (TAVARES et al., 2020; CARDOSO et al., 2021; NASCIMENTO et al., 2021) ou da crise climática (SANTINI; BARROS, 2022; CASTRO; OLIVEIRA, 2023), entende-se que a prática negacionista no interior do ultradireitismo é ampla, diversificada e atinge várias dimensões da política e sociedade. De forma geral, mesmo articulando objetos e objetivos diferentes, essas pesquisas fortalecem o tema e a hipótese aqui discutidas, identificando a força do negacionismo na atuação

bolsonarista e consolidando o conceito como uma montagem político-comunicacional estruturada e articulada para fins de manipulação e poder.

Nesse sentido, Tavares et al. (2020) identificaram que o negacionismo científico foi a narrativa predominante no Instagram de Jair Bolsonaro, no primeiro mês da pandemia de covid-19. Nascimento et al. (2021) sugeriram que o bolsonarismo on-line expressou forte negacionismo científico, capaz de seccionar o campo científico em blocos afetivos de amigos x inimigos ou zona de confiança x zona de desconfiança, institucionalizando estrategicamente uma “ignorância” capaz de neutralizar qualquer “conhecimento desconfortável”, ou seja, destoante das crenças do endogrupo.

Historiadores também têm se debruçado sobre a prática negacionista e analisado como memória, afetos, plataformas digitais e políticas institucionais têm sido acionadas pela extrema direita brasileira, nos últimos anos, nas disputas por poder e votos. Valim e colaboradores (2021) chegaram a considerar o governo de Jair Bolsonaro como uma “forma acabada de governamentalidade negacionista”. Maia (2022) identificou o negacionismo como pilar estruturante no projeto de poder de Bolsonaro, a explorar novos e velhos medos nas redes sociais, disseminando ódio e notícias falsas. Já Szwako (2025) sustenta que o negacionismo bolsonarista não é mero erro factual ou desconhecimento, mas uma prática deliberada de disputa de poder, que opera como mecanismo de enfrentamento a instituições; forma de mobilização identitária e instrumento de polarização moral.

Com tudo isso, este trabalho conecta a ditadura de 1964 ao bolsonarismo, entendendo que Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República apesar - ou em função - de seu negacionismo em relação ao regime militar (VALIM et al., 2021), tendo transformado a defesa explícita da ditadura em uma de suas estratégias comunicativas principais (Motta, 2022). Como processo de sua ascensão, o bloco bolsonarista vem articulando o anticomunismo histórico com o antipetismo contemporâneo, utilizando as redes sociais como arena principal de luta simbólica (MOTTA, 2022).

3. Negação do caráter golpista do 8 de janeiro

Em vídeos divulgados no dia 8 de janeiro de 2026, nas redes sociais, figuras públicas representativas da extrema direita brasileira⁷ afirmaram categoricamente que “não houve golpe” em 8 de janeiro de 2023 e disputaram semanticamente o evento. Alguns chamaram de “revolta popular” contra a vitória eleitoral de Lula (PORTINHO, 2026); outros de manifestações desorganizadas (MANIFESTO..., 2026), “falha de segurança proposital do Estado” (PARTIDO NOVO SÃO PAULO, 2026, 0’19”) e “cortina de fumaça para encobrir a hipocrisia do governo [do PT]” (MARINHO, 2026, 00’52”).

De forma geral, a reinterpretação feita pelo bolsonarismo se estruturou em esvaziar os sentidos político-jurídicos dados ao 8 de janeiro e substituí-los por categorias menos graves: desordem, vandalismo, crime comum e baderna (MANIFESTO..., 2026; MARINHO, 2026; PORTINHO, 2026). Com isso, o acontecimento foi enquadrado como um protesto espontâneo e desierarquizado, de modo a apagar o caráter planejado/intencional da intentona, bem como as violências político-simbólicas contidas.

A disputa semântica incluiu a redefinição do conceito de golpe, com a função de torná-lo inaplicável. O Manifesto 08.01, por exemplo, mobilizou uma concepção única, formalista e militarizada de golpe - “golpe exige armas, comando, hierarquia, liderança e tentativa de tomar o poder” (MANIFESTO..., 00’53”), de modo a excluir qualquer outra definição. A gravação feita pelos senadores Carlos Portinho e Rogério Marinho, ambos do PL, seguiram na mesma direção, porém com abordagens diferentes.

Enquanto Portinho buscou esvaziar a discussão a partir do jogo de pares opostos: golpe *versus* revolta popular, propondo diferenças entre os termos e aderindo à ideia de revolta – que fixou como algo democrático - para dispensar por completo a classificação “golpe”; Marinho atuou para negar a premeditação e as intencionalidades por trás do acontecimento.

Portinho afirmou: “Revoltas populares nós já vimos, diversas vezes na história do país. Golpe de Estado? Não. Golpe de Estado exige líder [...] e, na sua grande maioria, acontece com uso de armas” (PORTINHO, 2026, 00’41”). Já Marinho, mencionou o termo “esquerda” logo de início, a montar um enquadramento polarizado:

⁷ Os senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho e Rogério Marinho, os deputados federais Marcos Feliciano e Capitão Alden, o pastor Silas Malafaia, o perfil do Partido Novo de São Paulo, foram alguns dos atores políticos que utilizaram as redes sociais para postar conteúdos específicos relacionados aos três anos do 8 de janeiro.

“8 de janeiro. A data que a esquerda tenta eternizar como tentativa de golpe, mas o que aconteceu foi uma baderna, sem líderes, sem armas, com idosos e bíblias, um protesto desorganizado que gerou condenações injustas sem individualização de condutas.”

(MARINHO, 2026, 0’15’’).

No fim, os materiais concluíram a mesma coisa: o 8 de janeiro não foi golpe, porque não teve líderes nem armas. A unificação do discurso sinalizou que ambos os materiais reposicionaram o termo golpe como uma classificação arbitrária dada pela esquerda, uma farsa, com fins de transformar “cidadãos comuns em criminosos” (MANIFESTO..., 2026; PARTIDO NOVO SÃO PAULO, 2026; MARINHO, 2026; PORTINHO, 2026).

Com tudo isso, tentaram transformar um evento de natureza coletiva – previamente programado, estrategicamente financiado e divulgado e disponibilizado em plataformas digitais – em uma soma de atos individuais desconectados, em um episódio difuso e espontâneo de indignação popular, como se desprovido de coordenação, responsabilidade e impacto nacional. Dessa maneira, além de ressignificar o evento como algo de baixo potencial ofensivo, buscaram enquadrá-lo como uma expressão autorizada da democracia, forjando a ideia de “povo nas ruas” e população insatisfeita contra o governo.

À medida que afastaram a existência de “golpe”, atacaram duramente o Estado (o Executivo e o Judiciário). De maneira contínua, apelaram a processos de inversão de sentido, em que deslocaram as acusações e os danos cometidos ao adversário: “O Estado falhou e nada fez para impedir o evento” (PARTIDO NOVO SÃO PAULO, 2026, 0’19’’) e “O que está em julgamento não é apenas o 8 de janeiro, é o critério do Estado” (MANIFESTO..., 2026, 01’24’’).

Esse deslocamento proposital de culpa ao agredido se mostrou central na narrativa sobre a intentona do 8 de janeiro, ancorando semanticamente todos os materiais analisados. Enquanto admitem que os manifestantes cometeram crimes ordinários, de menor potencial e gravidade, acusam o governo federal e o STF de atos abomináveis, invertendo completamente a relação agressor x vítima: “vingança institucional”; “punição seletiva”, “perdão a bandidos e abandono dos cidadãos”, “ausência de verdade”, “medo no lugar da liberdade” e “captura da democracia”.

Estrategicamente, o vídeo Manifesto 08.01 utiliza imagens de bandeiras do Brasil, camisas da seleção brasileira e flashes em verde e amarelo para construir cenários de pertencimento entre os apoiadores. O próprio Jair Bolsonaro aparece na gravação, a transmitir

significados de inconformismo e injustiça - está de cabeça baixa, balançando-a de um lado para o outro, em um gesto de reprovação.

Por outro lado, a peça bolsonarista exhibe ditadores em preto e branco - Fidel Castro, Che Guevara, Joseph Stálin - e petistas - Gleisi Hoffmann, José Dirceu, Lula - para marcar o lugar do erro, do atraso, da antidemocracia. Também usa símbolos da justiça, imagem de Alexandre de Moraes, a fim de ojerizar o Judiciário, em sequências de frases de efeito: “o Brasil merece justiça”, “milhares estão com medo” e “democracia exige equilíbrio”. A corrupção também aparece como pano de fundo para acusações, com o senador Marinho denunciando de sindicatos a ministros do STF, de Maduro à fraude no INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), a reforçar a sensação da democracia como desordem e de permanente crise de valores.

A reação indignada ao veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei da chamada “Dosimetria” aparece no vídeo Manifesto 08.01 como suposta evidência – embora não passe de retórica – da parcialidade institucional e da intenção de perseguição política. O veto é enquadrado não como exercício constitucional da função executiva, mas como ato de vingança, reforçando a narrativa de que o governo e o sistema de Justiça operariam seletivamente contra apoiadores do bolsonarismo.

Para dar ênfase a essa interpretação, mobilizam como precedente histórico a Lei da Anistia de 1979, apresentada como modelo de pacificação nacional – “ampla, geral e irrestrita”, cuja reedição seria agora necessária para reparar supostas injustiças cometidas contra os envolvidos nos atos do 8 de janeiro. A estratégia persuasiva opera por meio de uma analogia histórica simplificadora que descontextualiza a anistia de 1979 – produzida em um contexto de transição negociada sob tutela militar – e a reinscreve como paradigma normativo para o presente.

Trata-se de uma operação típica do negacionismo implicatório, em que não se nega a ocorrência de crimes – ainda que minorizados –, mas recusa-se suas implicações sociais, jurídicas e políticas. No apelo à dosimetria, desloca o debate sobre proporcionalidade penal para o terreno moral da reconciliação, ao passo que reafirma a perseguição de um Estado supostamente autoritário. Além disso, a reivindicação por anistia também acaba funcionando como dispositivo de neutralização simbólica da ruptura democrática, reiterando a tentativa de normalizar a exceção e reconfigurar a violência política como gesto legítimo de resistência.

Vale a pena dizer ainda que a circulação e a permanência dos conteúdos referentes ao 8 de janeiro nas plataformas digitais permitiram uma reiteração algorítmica do discurso negacionista. Através de curtidas, comentários e compartilhamentos, estabeleceu-se a possibilidade de um ciclo de validação social que amplia a adesão a essas narrativas. Registra-se ainda que os políticos filiados ao Partido Liberal (PL) – sigla que concentra toda a família Bolsonaro – foram os mais engajados em protagonizar e distribuir esse tipo de mensagem.

Estrategicamente, a adoção de vídeos curtos de alta carga emocional (com duração de um até quatro minutos) alinha-se à cultura da conectividade (VAN DIJCK, 2016), que prioriza o consumo instantâneo em detrimento da reflexão crítica e o engajamento emocional ao invés da veracidade factual. Ao fortalecer a coesão identitária grupal, esses conteúdos transformam o ato de consumir e compartilhar em um rito de pertencimento e resistência simbólica.

3.1 Simula argumentação lógica e provas, mas a discussão é político-valorativa

Especialmente o vídeo Manifesto 08.01, utiliza uma estrutura numerada - organizada em itens “um”, “dois”, “três” [...] - para construir uma aparência de reflexão e método; e se fazer passar por argumentação lógica, mesmo quando os pontos abordados são essencialmente ideológico-valorativos. Para simular reflexividade e tentar afastar o radicalismo característico, utilizam o recurso narrativo “isso não é aquilo”, reorganizando a interpretação a partir de um jogo de opostos.

Desde a abertura - “Justiça não é vingança, democracia não é narrativa” - o texto estabelece uma estrutura binária simétrica, baseada na negação coordenada (“X não é Y”), estabelecendo um padrão que se repete ao longo do material. “Isso não é rigor, é desequilíbrio”; “Justiça não é castigo exemplar, é proporcionalidade”; “o veto à dosimetria não é técnico, é político”, entre outros. Ao repetir a mesma forma sintática, o texto induz a percepção de coerência lógica, mesmo quando as premissas são contestáveis.

O paralelismo dá coerência e permite que o discurso se apresente como estável, mesmo quando os valores se invertem. Além disso, buscam passar a sensação de acúmulo de provas, ainda que não haja evidências empíricas. Para tanto, utilizam o verbo “ver” como forma de disputar factualidade, orientando a interpretação do espectador. “O que o Brasil viu foram manifestações desorganizadas [...], viu idosos, trabalhadores [...] viu pessoas rezando [...]” (Manifesto 08.01, 00’56’).

Ainda na intenção de serem críveis, utilizam relações de falsa equivalência, a partir do mote “dois pesos, duas medidas”, “país sem verdade, país sem futuro”. Com isso, relacionam passado e presente para construir sentidos de autocracia e perseguição. Citam, por exemplo, que guerrilheiros de esquerda foram anistiados no passado, como forma de cobrar anistia para os envolvidos no 8 de janeiro. No entanto, não mencionam que os contextos eram distintos e que também os militares, no caso do passado, foram anistiados da violência política cometida, mesmo em uma relação de força/estrutura desproporcional (agentes de Estado com a máquina pública *versus* cidadãos). Assim, a comparação não visa uma reflexão histórica consistente, mas sim legitimar a demanda por anistia ou revisão penal, apresentando a negativa como sinal de hipocrisia estatal.

3.2 Instrumentalização contingente dos valores

a) Antes endurecimento legal, agora dosimetria

No material sobre o 8 de janeiro, a extrema direita pede flexibilização das penas, individualização dos casos, bem como apela a “gestos humanitários” e justiça imparcial. Esse tipo de discurso destoa completamente das posições públicas assumidas pelo espectro, ao longo do tempo. Ao contrário disso, o bolsonarismo defendia endurecimento da lei e da ordem, desaprovação dos direitos humanos, defesa de penas mais rígidas e até apoio a práticas de exceção, como a tortura política (DIBAI, 2018).

Essa dissonância, no entanto, não indica “mudança de convicção”, mas a adaptação situacional a valores que podem permitir o reposicionamento do poder do grupo. Ainda que historicamente a posição da extrema direita inclua a defesa radical da lei e da ordem, quando em situação de ameaça, o grupo é capaz de reorganizar esses valores, de modo a ajustá-los aos interesses específicos. Assim, mais do que uma inflexão ideológica, essa mudança de discurso simboliza o quanto as expressões do radicalismo político podem ser adaptadas e instrumentalizadas, se assim for a necessidade do grupo.

Com certo cinismo, nota-se que esses segmentos não se constrangem em reivindicar os valores democráticos e garantistas que tanto lutam para negar e limitar aos outros. Dito isso, a defesa da dosimetria, por exemplo, não expressa adesão ao garantismo; o apelo humanitário não implica reconhecimento da dignidade universal; tampouco a crítica ao punitivismo do Estado não revê o populismo penal, apenas o suspende quando o grupo se torna alvo.

b) Antes enfraquecimento do debate plural, agora direito ao contraditório

Também nos dados analisados, notam-se enunciados em defesa do direito de livre expressão e até do contraditório. Em frases como: “perguntar não é atacar a democracia, é defendê-la” ou “questionar não é golpismo” (MANIFESTO..., 2026, 04’00’’), o bolsonarismo simula que as autoridades do país são intolerantes à crítica e à divergência, transferindo para o lado inimigo a radicalidade, truculência e indisposição democrática. Assim, incita a desconfiança institucional como ponto para inverter não só a narrativa, mas também os valores.

De maneira calculada, o discurso converte o Estado democrático em agente de injustiça. Expressões como “vingança institucional”, “castigo exemplar” e “penas máximas automáticas” deslocam o Judiciário e o Executivo do campo da legalidade para o da arbitrariedade. Nesse movimento, a justiça deixa de ser concebida como resposta institucional à violência política e passa a ser descrita como perseguição seletiva. O argumento da proporcionalidade, embora legítimo em abstrato, é mobilizado de forma descontextualizada, ignorando a gravidade simbólica e institucional dos atos.

Neste bloco, há uma camada conceitual importante: o bolsonarismo não apenas reivindica direitos democráticos, ele redefine o que eles significam. O que se observa não é apenas a reivindicação do direito ao contraditório, mas uma operação de captura semântica da democracia, na qual conceitos centrais do léxico democrático são ressignificados para proteger práticas antissistêmicas e deslegitimar a ação institucional. Em seus jogos retóricos, deslocam o foco da violência praticada; diluem a distinção entre crítica legítima e ataque à democracia; e transformam a defesa do Estado de Direito em censura e maldade institucional.

4. Negação do caráter golpista da ditadura de 1964

Embora a visão de Jair Bolsonaro sobre a ditadura de 1964 seja um tema bastante discutido na literatura, vale a pena retomar alguns pontos-chave. O ex-capitão que se tornou presidente do país operou uma negação sistemática do caráter golpista da ditadura militar de 1964, substituindo a categoria “golpe” por enquadramentos alternativos, como intervenção, necessidade histórica ou ação das Forças Armadas como resposta à vontade popular (DIBAI, 2018). Discursos com esse teor foram notados desde o fim dos anos 1980 (DIBAI, 2018).

Ao afirmar que “todo mundo queria a saída de (ex-presidente) João Goulart” (BOLSONARO, 2015)⁸ ou que a população foi às ruas contra o comunismo (BOLSONARO, 2011⁹), ele busca construir um argumento de legitimação popular, transformando o golpe de Estado em uma ação quase plebiscitária. Trata-se de um mecanismo clássico de revisionismo autoritário, que dissolve a ruptura institucional na ideia de consenso social, a fim de legitimá-la e apagar seu caráter autoritário.

Para além da negativa expressa de que houve golpe, os discursos de Bolsonaro fizeram questão de alegar que a ditadura deu certo: “época de ouro”, “melhor período da história do Brasil” e “melhor do que a democracia”. Nesse sentido, a idealização do período ditatorial apareceu como um ação de esforço no sentido de minimizar os abusos militares, ao enfatizar não na tortura ou na perseguição política, mas em estados fictícios de ordem social, segurança plena, moralidade, prosperidade econômica e ausência de corrupção.

Esse discurso constrói um passado mítico, no qual a ditadura aparece como um modelo eficiente de governo, não como um regime de exceção. As violências cometidas - censura, repressão, tortura, assassinatos e ocultação de cadáver - são relativizadas ou positivadas, a partir de indicadores econômicos e morais estrategicamente forjados e montados como verdadeiros (melhor momento econômico; país seguro, sem violência nas ruas; famílias eram respeitadas, entre outros). Assim, o enquadramento cumpre dupla função: nega o golpe, ao apresentar o regime como continuidade funcional da nação, e naturaliza a ruptura democrática, tornando-a positiva e eficiente.

Nos dados, observa-se que o tratamento dado à tortura política oscila entre admiti-la e negá-la. Para defendê-la, ele utiliza os argumentos de “arma de guerra”, a inserindo em um cenário de conflito ou guerra ideológica, a naturalizá-la como necessária; ou responsabiliza as vítimas, a partir da ideia de “eles provocaram” (BOLSONARO, 2012)¹⁰. Para negá-la, ou apaga sua existência, posicionando-a como “vitimização da esquerda”, ou relativiza sua gravidade, comparando-a a supostos abusos existentes no sistema prisional de hoje, sob o regime democrático (cf BENTO FILHO et al., 2015). Esse movimento cumpre uma função clara:

⁸ Entrevista concedida ao programa Mariana Godoy Entrevista, Rede TV, 03/07/15. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3CymVvMAZNg>

⁹ Em artigo de opinião intitulado “Comissão da Inverdade”, publicado no Jornal Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101201107.htm>

¹⁰ Entrevista concedida ao programa Brasil em Discussão, TV Record, 13/05/12. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mj7Hlyf3I6A>

retirar da ditadura o estatuto de protagonista de crimes políticos, dissolvendo a tortura em desvios individuais, excessos contextuais ou respostas legítimas; bem como criminalizar a esquerda, como a verdadeira e perigosa ameaça nacional.

Nota-se, nas falas de Bolsonaro, o engrandecimento da elite militar, construída como moralmente superior, incorruptível e comprometida com a nação. Afirmou, certa vez, que “não há notícia de um só oficial-general, coronel, capitão ou sargento que tenha enriquecido [durante a Ditadura]” (BOLSONARO, 2011¹¹). Essa idealização não admite contradições: crimes, abusos e ilegalidades, quando admitidas, são sempre atribuídos a contextos excepcionais ou a inimigos externos.

5. A continuidade discursiva e a legitimação da exceção

Ao relacionar os discursos da extrema direita, notam-se marcas e regularidades que sustentam a hipótese de continuidade discursiva e legitimação de ações antidemocráticas. Ao negar o caráter golpista dos eventos, encontrou-se similaridades no que se refere à(ao): 1) disputa do conceito e ressignificação completa de seu significado e implicações; 2) estratégia de reinterpretação histórica, a partir da negação e apagamento da versão comprovada, de modo a disputar poder no presente a partir da memória; e 3) propósito de legitimação da exceção.

Em ambos os casos, o golpe foi negado não por ausência de informações e fatos, mas por interesse ideológico específico em redefinir o acontecimento, sempre no sentido de minimizar sua gravidade e intencionalidade. A posição negacionista assumida possibilita a criação de uma memória histórica que torna aceitável a suspensão democrática.

Se Jair Bolsonaro considerou a ditadura de 1964 como “salvação nacional”, seus apoiadores atualizaram essa lógica no presente, ressignificando a violência política como “revolta popular”. Assim, ambos os discursos contribuíram para um mesmo efeito cumulativo: o enfraquecimento do consenso democrático e a tentativa de legitimação da extrapolação da liberdade de ação de um grupo político específico em detrimento da maioria.

O que se observa não é apenas a negação do caráter golpista dos eventos, mas de seus efeitos e implicações. Com a continuidade desses discursos e práticas, a extrema direita brasileira efetiva uma gramática autoritária, na qual reafirmam o ódio à democracia e

¹¹ Entrevista concedida à revista Época, em 02/07/11. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>.

naturalizam ações antidemocráticas como algo passível de justificação. Assim sendo, a normalização da exceção e a legitimação da violência política, com atenuação deliberada da gravidade dos crimes e desqualificação das medidas de responsabilização dos envolvidos, se mostra uma das conexões mais profundas identificadas entre os dois discursos.

Como parte da análise, montou-se um quadro comparativo em que se confirma o discurso de partida – “não foi golpe” –, determinadas estratégias comunicativas (apresentadas em seguida) e a finalidade desse tipo de prática como as principais similaridades identificadas, sugerindo a durabilidade e efetividade desses padrões na comunicação da extrema direita (ver Tabela 1).

5.1 Vontade do povo como álibi ao autoritarismo

A vontade popular, enquanto insatisfeita com as autoridades, é apresentada como explicação para desconfigurar o caráter golpista dos eventos. Sobre 1964, o golpe foi negado porque teria sido “pedido pela sociedade” e conduzido por uma instituição moralmente superior, as Forças Armadas. A vontade popular é expressa como “todo o Brasil”, “mulheres nas ruas fazendo passeata”, “Igreja Católica, imprensa e setores empresariais pregando, orando e pedindo para Deus que os militares assumissem [...]” (BOLSONARO, 2015¹²).

Em 2023, a narrativa é semelhante, com a incorporação de signos e relações estrategicamente selecionados: mães, idosos, cristãos, “donas de casa”, “pessoas com a bíblia na mão”, indignados com o resultado das eleições de 2022 e lutando contra o sistema. Ao movimento popular, são atribuídos qualificadores absolutamente orgânicos e pacíficos: “sem hierarquia”, “sem armas” e sem líderes. Nos dois casos, a multidão é semanticamente moralizada e despolitizada, construída como um ente inquestionável e de uma nobreza quase divina.

Essa romantização busca fazer com que o grupo seja percebido como incapaz de qualquer ação golpista ou violenta, como uma expressão espontânea e genuína dos valores nacionais. A religião também aparece como um marcador simbólico de inocência, pureza e ordem, reforçando o discurso-imagem de que os cidadãos participantes são incompatíveis com a ideia de golpe/violência.

¹² Entrevista concedida ao programa Mariana Godoy Entrevista, Rede TV, 03/07/15. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3CymVvMAZNg>

5.2 Espalhamento de medo como estratégia

O apelo ao medo desempenhou papel estruturante nos dois episódios. Sobre 1964, o comunismo apareceu como risco direto à nação. Sobre 2023, a ameaça se deu em torno do Estado vingativo, abusivo e centralizador. Embora o inimigo “nomeado” tenha mudado nas duas configurações, a função que exerce é idêntica: produzir um estado permanente de alerta e pânico, que normaliza soluções excepcionais. Assim, buscam atribuir razoabilidade aos golpes, como resposta admissível diante de uma ameaça maior.

O bolsonarismo aciona fontes de preocupação amplamente disseminadas no senso comum conservador como estratégia de persuasão e engajamento do público. No entanto, apresenta essas ansiedades a partir de alertas genéricos, a construir uma sensação de ameaça iminente e permanente, ainda que se trate de perigos difusos e raramente verificáveis. Conforme já indicado em trabalhos anteriores dos autores (2025), essa estratégia atravessa diferentes temas e modalidades da comunicação bolsonarista, se valendo da ambiguidade informacional, desinformação estratégica e exploração do medo como forma de direcionar disposições afetivas à ação política.

a) Anticomunismo difuso e a narrativa da “ameaça ideológica”

Ainda que exista uma rejeição legítima ao comunismo, fundamentada por motivações ideológicas e sociais, reconhece-se que o tema também é recorrentemente instrumentalizado de forma oportunista e estratégica para gerar medo (MOTTA, 2022) e engajar apoiadores (D’ALMONTE; DIBAI, 2025). Os recursos acionados tendem a explorar as mesmas matrizes discursivas: religião, moralidade conservadora, patriotismo autoritário, luta antissistema e primazia do mercado na economia (MOTTA, 2022; D’ALMONTE; DIBAI, 2025).

O anticomunismo aparece de forma explícita - nas falas sobre 1964 – e de maneira indireta – nas peças do 8 de janeiro, como uma “sombra” que ronda o futuro do país. Enquanto assunto convenientemente mobilizado, busca gerar pavor a partir de efeitos presumidos: colapso econômico, fim das liberdades individuais, perseguição política e erradicação do cristianismo. Tal enredo se mostra eficiente, porque condensa diferentes medos e pode ser atualizado diante de qualquer protagonismo da esquerda.

Sobre 1964, Bolsonaro busca construir uma adesão entre a população – que temia o comunismo – e as Forças Armadas – que protegeria o país de qualquer ameaça. “Nós estávamos

em uma situação de sermos comunizados" (BOLSONARO, 2015)¹³ ou "[...] em 1964, por exigência da imprensa, da Igreja Católica, de empresários, de agricultores e de mulheres nas ruas, (os militares) intervieram para que nosso país não se transformasse, à época, em mais um satélite da União Soviética" (BOLSONARO, 2011)¹⁴.

É particularmente interessante que, no Brasil, a retórica anticomunista se retroalimente de acusações invertidas de que é a esquerda quem deseja ditaduras, quando, na realidade, é a direita quem historicamente as efetivaram. Ainda hoje, são representantes do direitismo quem se articulam e discursam, explicitamente, por ruptura institucional; enquanto os governos esquerdistas só conseguiram chegar ao poder no país pela via democrática (MOTTA, 2022). Não à toa, o combate à esquerda tem sido o grande mote na implantação das ditaduras brasileiras - tanto a de 1937 quanto a de 1964 (MOTTA, 2022).

b) Narrativa do país capturado pelo caos

Outro eixo de produção do medo, que aparece tanto nas entrevistas de Bolsonaro quanto nos vídeos sobre o 8 de janeiro, é a sugestão de que o Brasil estaria sendo progressivamente tomado pelo caos e o crime, em um contexto de fragilização do Estado e de concentração de poder político. Essa narrativa reforça a ideia de que a ordem democrática não apenas falha em garantir segurança, mas contribui para o avanço da desordem. Neste enquadramento, os problemas sociais deixam de ser apresentados como fenômenos complexos, mas como sintoma da decadência institucional, o que reforça soluções autoritárias e a deslegitimação de políticas baseadas em direitos e garantias.

No caso do 8 de janeiro, o bolsonarismo lançou diferentes suspeitas em relação ao futuro do país, chegando a perguntar se haveria permanência de eleições livres no Brasil e alternância de poder após o governo Lula (MANIFESTO..., 2026). A utilização de imagens de urnas eletrônicas acompanhadas de pontos de interrogação não foi fortuita, buscando reforçar uma retórica que a extrema direita investe desde 2014, contra o sistema eletrônico de votação. A campanha pelo voto impresso é um exemplo da tentativa de minar a confiança pública no processo eleitoral, insistindo no conflito e crise institucionais como política corrente de disputa

¹³ Entrevista concedida ao programa Mariana Godoy Entrevista, Rede TV, 03/07/15. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3CymVvMAZNg>

¹⁴ Em artigo de opinião intitulado "Comissão da Inverdade", publicado no Jornal Folha de S. Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1101201107.htm>.

democrática. O próprio termo medo aparece como recurso para o forjamento de um país autocrático, em que valores como a liberdade estariam ameaçados. “Hoje, três anos depois, o medo tomou o lugar da liberdade. Milhares de brasileiros vivem com medo, medo de se manifestar [...], medo de ser perseguido” (PARTIDO NOVO DE SÃO PAULO, 2026, 00’47’’).

5.3 Máxima polarização

Em ambos os discursos de negação do golpe, nota-se a estratégia comunicacional de construir antagonismos morais absolutos, organizando o espaço público em termos de “nós” (os bons) *versus* “eles” (os maus). Esse recurso narrativo tem sido muito explorado para ativar a militância e organizar o engajamento (D’ALMONTE; DIBAI, 2025). No geral, as oposições construídas não se apresentam como diferenças políticas legítimas, mas como fraturas morais intransponíveis, que excluem qualquer possibilidade de mediação institucional ou respeito democrático.

Sobre 1964, a polarização se desenrola a partir do par oposto militares x guerrilheiros. Em nenhum momento, a desproporcionalidade na relação de forças – de um lado o aparelho repressivo do Estado e de outro grupos foquistas de clandestinos – é mencionada por Jair Bolsonaro, pelo contrário, o adversário é generalizado como bárbaro e impiedoso. As falas do ex-capitão transformam as ações isoladas da resistência em violência cotidiana e sistemática. Assim, a conversão do agressor em vítima firma a base para a inversão da realidade – não são os militares que perseguem, torturam e matam sistematicamente, eles apenas reagiram à violência imposta pelos opositores, salvando a nação.

Sobre o 8 de janeiro, o pavor ao inimigo é estruturado na oposição rígida e moralmente assimétrica “cidadão comum” x “governo do mal”. Nesse ponto, não estão concentrados em discutir a factualidade do evento, mas seus efeitos e, mais especificamente, questionar as punições atribuídas. Assim, a resposta estatal - jurídica, penal ou institucional - é enquadrada como o verdadeiro problema democrático e qualquer tentativa de responsabilização dos envolvidos é convertida em abuso de poder e perseguição. Nesse mote, a esquerda é posicionada como a verdadeira força autoritária, ao passo que os responsáveis são apresentados como espécies de bodes expiatórios do sistema.

Tabela 1
Proposta comparativa

Análise dos conteúdos negacionistas	Memória sobre o 1964: sentidos atribuídos	Memória sobre o 8 de janeiro 2023: sentidos atribuídos
Interpretação central	Não foi golpe	Não foi golpe
Argumentos	<ul style="list-style-type: none"> - Foi vontade popular - Sociedade (mulheres, imprensa, igreja, setores empresariais...) foi às ruas por intervenção dos militares - Exceção era necessária 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi uma ação orgânica de cidadãos comuns (mães, idosos, cristãos, trabalhadores...) - Manifestação sem hierarquia, sem líderes nem armas
Discurso de medo explorado	<ul style="list-style-type: none"> - Ameaça comunista - Colapso social 	<ul style="list-style-type: none"> - Abuso de poder, fim da liberdade de expressão e perseguição pelo Estado - Risco de não haver mais eleições livres
Inimigo construído	<ul style="list-style-type: none"> - Comunismo - Setores da esquerda 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado punitivo, vingativo e desproporcional
Heróis construídos	<ul style="list-style-type: none"> - Forças Armadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Povo de bem
Soluções diretamente defendidas	<ul style="list-style-type: none"> - Ditadura era a solução - Ditadura como melhor do que a democracia 	<ul style="list-style-type: none"> - Anistia aos envolvidos - PL da Dosimetria
Posição em relação à democracia	<ul style="list-style-type: none"> - Postura abertamente antidemocrática, com a defesa explícita de regimes ditatoriais 	<ul style="list-style-type: none"> - Populismo antissistema, com a subjugação da democracia à ideia autocrática de “poder do povo”
Legitimação da violência	<ul style="list-style-type: none"> - Violência justificada como “guerra” - Violência como “efeito colateral”: resposta ao comunismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Violência reduzida como crime comum e pouco grave - Violência como “efeito colateral”: resposta aos abusos do Estado

Fonte: os autores

Considerações finais

Pensando a construção da memória como fenômeno comunicacional, em que sentidos são produzidos, difundidos, disputados e transformados por meio de práticas comunicativas, acredita-se que a atuação negacionista da extrema direita não é episódica, mas coerente, reiterada e estratégica, conectando o passado a disputas políticas do presente. Assim, sustenta que o negacionismo bolsonarista não é acidental, mas estruturado, funcionando como mecanismo de disputa de poder, com fins de coesão ideológica e mobilização social.

Nota-se que os discursos analisados se concentraram, prioritariamente, em negar e/ou minimizar as implicações políticas, morais e jurídicas dos acontecimentos, admitindo, ainda de

maneira bem menorizada, a existência de crimes. Essa chave — a negação implicatória — permite compreender por que o bolsonarismo pode, simultaneamente, reconhecer que “houve excessos” em 1964 ou que “houve vandalismo” em 2023, sem reconhecer que se tratou de um golpe contra a ordem democrática.

Conclui-se que, com o 8 de janeiro, o bolsonarismo atualiza uma gramática autoritária, orientada à construção de um horizonte político no qual práticas de enfraquecimento democrático são popularizadas, naturalizadas e justificadas. Nessa gramática, a violência política é recodificada como “vontade popular”, “reação legítima ao comunismo”, “excesso interpretativo das instituições” ou “revolta popular por liberdade”, enquanto o Estado democrático passa a ser representado como agente de desordem, perseguição e injustiça.

Tal qual outros trabalhos, identificou-se esvaziamento de conceitos-chave, moralização do conflito político; vitimização do próprio grupo, com demonização dos adversários; uso de discursos de medo, desinformação e retórica polarizante. Vale dizer que o fenômeno comunicacional do negacionismo é mais amplo do que o corpus analisado, de modo que outras modalidades discursivas - memes, comentários - ficaram fora da análise.

O trabalho também não mede impacto, se concentrando na análise da estrutura discursiva. Como o artigo trabalha com a memória envolvendo dois momentos históricos distintos, o estudo privilegia aproximações e continuidades discursivas, sem se ater nos contextos midiáticos, regimes tecnológicos e transformações na esfera pública.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BENTO FILHO, Warner; LYRA, Paulo de Tarso; CAVALCANTI, Leonardo. **“Cunha não se safá dessa”, afirma Jair Bolsonaro em entrevista**. Correio Braziliense [site], 15/11/2015. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/11/15/interna_politica,506556/cunha-nao-se-safa-dessa-afirma-jair-bolsonaro-em-entrevista.shtml. Acesso em 12/03/2017.
- BOLSONARO, Jair. **Brasil em Discussão** [Entrevista concedida a Heródoto Barbeiro]. Youtube, Record, 13/05/12. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mj7Hlyf3I6A>. Acesso em 17/02/2018.
- BOLSONARO, JAIR. **Comissão da inverdade**. Folha de SP [site], São Paulo, 11/01/11. Seção Tendências/Debates. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1101201107.htm>. Acesso em 13/03/2017.
- BOLSONARO, Jair. **Entrevista completa de Jair Bolsonaro na Rede TV** [Entrevista concedida a Mariana Godoy]. Youtube, Resistência da Direita, 03/07/2015. Disponível em www.youtube.com/watch?v=3CymVvMAZNg. Acesso em 10/01/2026.
- BOLSONARO, Jair. **“Sou preconceituoso, com muito orgulho”**. Revista Época, 02/07/2011. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>. Acesso em: 30/01/2020.
- CARDOSO, Tarcísio; GOMES, Renata; NAKAGAWA, Fabio; NAKAGAWA, Regiane. **A pilula mágica da gripezinha: a narrativa da cloroquina nos grupos bolsonaristas de WhatsApp durante a pandemia de Covid-19**. Revista Fronteiras, v. 23, n. 2, p. 175-189, maio/agosto 2021.
- CASTRO, Gisela; OLIVEIRA, Adriana. Political Glossary of January 08, 2023 in Brazil: #Disinformation; #Denialism and #Antidemocratization. **Journal of Latin American Communication Research**, v. 11, nº 1, 2023.
- COHEN, Stanley. **States of Denial: Knowing about Atrocities and Suffering**. Cambridge: Polity Press, 2001.
- D’ALMONTE, Edson; DIBAI, Priscilla. A direita radical 'bolsonarista': da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. **IdeAs**, n. 14, 2019.
- D'ALMONTE, Edson; DIBAI, Priscilla. O papel do medo: como a extrema direita engajou o público a partir de ameaças inexistentes. **Revista Desigualdade & Diversidade**, nº 27, jan-jun 2025, pp. 89-106.
- DIBAI, Priscilla. **A direita radical no Brasil: o caso de Jair Bolsonaro**. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- GODULLA, Alexander; SEIBERT, Daniel; KLUTE, Tim. What Is Denialism? An Examination and Classification of Definitional Approaches and Relevant Actors. **Journalism and Media**, v. 5, 2024, pp. 135–147. Acesso em 12 jan 2026.
- MAIA, Tatyana. Negacionismo histórico e emergência da extrema direita. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, e23312, set./dez. 2023. Acesso em 13 dez 2025.
- MANIFESTO 08/jan. **A farsa do golpe**. Perfil Flávio Bolsonaro [flaviobolsonaro]. Instagram, 08/01/2016. Disponível em <https://www.instagram.com/p/DTQJB-2CTsB/> Acesso 01/26.

MARINHO, Rogério [rogerio.smarinho]. **O 8 de janeiro virou a maior cortina de fumaça do PT e da esquerda.** [Reels do Instagram]. Instagram, 08/01/2026. Disponível em <https://www.instagram.com/reels/DTP0vRNDMQW/> Acesso em 01/26.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista e as disputas pela história recente. **Contenciosa**, Santa Fé, n. 12, jan-nov 2022. Acesso em 21 de jan 2026.

NASCIMENTO, Leonardo; FONSECA, Paulo; JESUS, Juciane e OLIVEIRA, Jéfte. Poder oracular e ecossistemas digitais de comunicação: a produção de zonas de ignorância durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. **Revista Fronteiras**, vol. 23, n. 2, p. 190-206, maio/agosto 2021.

PARTIDO NOVO SÃO PAULO. **Golpistas, terroristas, antidemocráticos! (...)**. [Vídeo] Facebook, 08/01/2026. Disponível em <https://www.facebook.com/Novo30sp/videos/1411066620531510/>. Acesso em 01/26.

PORTINHO, Carlos [carlosportinho]. **O 8 de janeiro precisa ser tratado com verdade** [Vídeo]. Instagram, 08/01/2026. Disponível em <https://www.instagram.com/p/DTQ9lITAfzg/> Acesso em 01/26.

SANTINI, Rose Marie; BARROS, Carlos Eduardo. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc Em Revista**, v. 18, nº 1, 2022.

SILVA, Tarcízio; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; RODRIGUES, Theófilo. Desinformação, negacionismo e crise democrática no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 87, p. 59–92, 2022.

SZWAKO, José. Os sentidos da crise ou manifesto reflexivo sobre negacionismos e ciências. **Estudos Avançados**, v. 39, nº 113, 2025. Acesso em 16 fev 2026.

VALIM, Patrícia. AVELAR, Alexandre. BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Acesso em 13 dez 2025.

VAN DIJCK, José. **A cultura da conectividade**: uma história crítica das mídias sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.